

Governo quer mudar regras de contratos de energia

Governo quer regras mais rígidas para contrato de energia e pode barrar Enel

Ministério vê concessões frouxas e mira controle de qualidade, inclusive sobre questões climáticas

João Gabriel e Fábio Pupo

BRASÍLIA O Ministério de Minas e Energia quer criar regras mais rígidas para as concessões de energia elétrica, antecipar a renovação de quem já puder cumprir as novas normas e barrar a extensão daquelas que não aderirem a tais normas, o que pode impactar o caso da Enel.

O ministro Alexandre Silveira contou à Folha os detalhes da ideia. O objetivo é evitar que companhias se isentem da responsabilidade por falhas relacionadas a condições climáticas e ampliar o peso da percepção social do serviço prestado no controle de qualidade.

O plano é que após a publicação da medida, que deve ser um decreto, as empresas terão um período de tempo para se adequarem ou não a elas.

Caso o façam, recebem em contrapartida a renovação da concessão. Caso não o façam, perdem o direito à renovação contratual quando o vínculo acabar.

Para exemplificar qual tipo de problema a pasta pre-

tende resolver, ele cita a Enel, empresa de fornecimento no Rio de Janeiro e em São Paulo, que é alvo de apurações da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) pelos consecutivos apagões no território paulista.

"Hoje, o que aconteceu em São Paulo? Em consequência de [a falha na oferta de energia elétrica] ter sido fruto de oscilação climática, a Enel pode expurgar isso dos índices de DEC e FEC dela na Aneel. Quero mudar isso na concessão", afirmou.

Os índices de DEC e FEC medem quantas horas e com qual frequência os consumidores de determinada fornecedora ficaram sem energia. A métrica é usada no controle de qualidade da Aneel.

Questionada acerca dos apontamentos do ministro, a Enel afirmou atender aos requisitos de qualidade nos serviços prestados, já investiu R\$ 8,36 bilhões no estado de São Paulo e pretende empregar, para o período de 2024 a 2026, mais R\$ 18 bilhões, dos quais 82% deve ser para distribuição de energia.

No segundo caso, o ministro pretende que o controle da percepção da qualidade do serviço prestado, que hoje é feito levando em consideração toda a região atendida por determinada empresa, seja dividido em áreas menores.

A intenção, diz, é conseguir apurar melhor áreas com atendimento mais precário e fazer com que isso seja levado em consideração na análise do fornecimento de energia.

"Hoje se eusou concessionário do estado de Santa Catarina, então a análise da minha prestação é feita no território estadual. Quero diminuir a análise de verificação de qualidade por regiões de menor porte", disse Silveira.

E exemplifica: "A Enel está numa pequena região, o centro de São Paulo e a região metropolitana. Se ela não consegue administrar isso, como é que vai administrar a Bahia, por exemplo?"

Desde o início do ano, Silveira vem criticando os contratos de privatização do fornecimento de energia elétrica, aos quais chama de frouxos. O tema se tornou ainda mais

latente após o pedido feito pela pasta, na segunda-feira (27), para que a Aneel apure a capacidade de fornecimento da Enel, devido aos apagões recentes em São Paulo e ao "histórico de falhas e transgressões". A apuração pode levar, inclusive, à caducidade do atual contrato da empresa.

Desde 2018, a Enel foi autuada em mais de R\$ 700 milhões em multas e compensações financeiras por falhas nos serviços, uma média de R\$ 100 milhões em punições por ano. A empresa confirmou o valor de R\$ 700 milhões, que inclui tanto multas pagas para a Enel quanto compensações, que são pagas aos consumidores nas faturas.

Apenas três de 19 concessões de energia têm vencimento durante o governo Lula e, portanto, serão reavaliadas pela gestão petista, que tem o poder de não renová-las.

Apesar do contrato da Enel não ser um destes (vence em 2028), ele deverá ser impactado pelas novas diretrizes do Ministério de Minas e Energia.

Isso porque todas as empresas serão que se adequar às re-

Empresa é alvo de questionamentos no Rio e no Ceará

A Enel também enfrenta questionamentos pela qualidade do serviço nas outras duas distribuidoras de eletricidade que comanda no país, que atendem a consumidores do Ceará e do Rio de Janeiro. No Ceará, a empresa é alvo de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa.

No Rio, se tornou alvo do Ministério Público Estadual e de prefeituras pela demora em restabelecer o fornecimento após fortes temporais no verão.

As três distribuidoras concedidas à Enel no Brasil figuram há anos na parte de baixo do ranking de qualidade do fornecimento elaborado anualmente pela Aneel.

gras, dentro de determinado prazo, ou perdem o direito à renovação dos vínculos.

"Inclusive a Enel em São Paulo", enfatizou Silveira.

"Se ela tiver com processo de caducidade e andamento, dificilmente ela vai ter o direito [a aderir às novas regras]. E aí perde o direito de renovação, quando [o contrato] vier a vencer. No decreto vai constar isso", completou.

A concessionária disse que tem atuado para a modernização da rede, digitalização do sistema, ampliação dos canais de comunicação com os clientes e "aumento significativo do quadro de pessoal próprio". Também afirmou que cumpre integralmente com todas as obrigações contratuais e regulatórias.

"Com o plano estratégico da nova gestão, que prevê investimentos substanciais, a empresa decidiu reforçar ainda mais o seu compromisso com o país, a fim de melhorar a resiliência do sistema elétrico. Para realizar esse ambicioso projeto, a Enel certamente encontrará a total cooperação e apoio de todas as instituições do país", disse a empresa.

A apuração da Aneel sobre a Enel, além de levar à caducidade do vínculo em São Paulo, pode prejudicar a concessão à companhia no Rio de Janeiro.

Isso porque o contrato na região carioca termina em dezembro de 2026 e é um dos três que termina no governo Lula. Portanto, caberá à gestão petista reavaliá-lo — e o próprio ministro já afirmou que, a depender do que seja constatado pela agência, a renovação pode não acontecer.

Silveira ainda disse que as empresas que aderirem à renovação antecipada, atendendo às novas exigências do ministério, terão seu novo vínculo contado a partir deste momento, o que, na prática, amplia o período da concessão.

O ministro também listou uma série de problemas que ele identifica nas atuais concessões, e que levaram a pasta a fazer uma avaliação de como aprimorar os contratos que estão próximos de vencer.

Por exemplo: muito tempo de atendimento do call center das distribuidoras, pouco investimentos na energia de baixa e média tensão, pouca capacitação dos quadros, alta taxa de terceirização e baixa percentagem de servidores efetivos.

Uma série destes problemas, segundo ele, foram determinantes para se chegar à situação encontrada na concessão da Enel em São Paulo.

"Economia porca [com investimentos], diminuição de quadro de pessoal, aumento de terceirizados, falta de competência, falta de seriedade e falta de compromisso", afirma.

Leia mais nas pág. B5 e Mercado 4



Funcionários na Enel trabalham no restabelecimento de energia na rua General Jardim, na região central de São Paulo, após apagão. Danilo Verpa - 19.mai.24/Folhapress

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1